

Contragolpe | Falta piso e teto para a pobreza

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

badalado dilema entre responsabilidades fiscal e social é cada vez mais obsoleto no Brasil real. O ministro da Economia Paulo Guedes e sua equipe têm orgulho de ostentar o título de primeiro governo a reduzir gastos públicos desde 1997, mesmo tendo enfrentado a calamidade pública da pandemia de covid-19. Não há nada que desminta o autoelogio, como mostram os gastos do Governo Central (que inclui Tesouro, Banco Central e Previdência Social), em relação ao PIB. Em 2019, a gestão Guedes teve despesas equivalentes a 19% do produto interno bruto, número que saltou para 26,1% em 2020 com o auxílio emergencial distribuído na pandemia e caiu para 18,6% no ano passado. Este ano, deve fechar em 19%, menor do que quando a gestão Bolsonaro estava começando. É um dado robusto para mercado nenhum botar defeito. Some-se, ainda, a contabilidade criativa do orçamento secreto que irrigou o Congresso, e temos um lustrado índice econômico-financeiro na foto. O problema é o preço que se pagou para garantir essas contas públicas tão austeras num país carente como o Brasil. Longe de se defender que um governo gaste mais do que arrecada, mas é inegável que a qualidade dos cortes na gestão Guedes atingiu o público que mais precisa dos benefícios sociais do estado, como o próprio orçamento de 2023 mostrou — e como a equipe de transição de Lula tem alardeado. O Brasil atingiu em 2021 o pior índice de pobreza desde o início da série histórica da FGV Social, que trabalha com microdados da PNAD Contínua do IBGE desde 2012. Foram 62,9 milhões de brasileiros vivendo com renda per capita de até R\$ 497 mensais. Desses, 15,5 milhões viviam com R\$ 172 mensais. Num momento em que as responsabilidades fiscal e social estão na mesa de discussões, o tamanho da pobreza no Brasil torna-se o indicador decisivo, especialmente quando isso vai definir o que parece ser um novo teto de gastos, a trava que a gestão de Michel Temer inaugurou em 2017 para pôr em ordem as contas públicas depois dos anos de Dilma Rousseff no poder. A ideia “brilhante” do teto só não considera que a pobreza no Brasil é um estado permanente, muito suscetível a estímulos ou à falta deles, como lembra o economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social. “O Brasil tem um problema de desigualdade, como enfatiza a esquerda, e de crescimento, como outros economistas frisam. Mas precisamos de uma solução que contemple essas duas dimensões, pois é um indicador que flutua muito”, disse Neri. Uma política malfeita pode criar uma montanha russa nos dados de pobreza, alertou o economista. Em 2020, quando o governo Bolsonaro injetou centenas de bilhões de reais no auxílio emergencial, por exemplo, a pobreza despencou: foi de 65,4 milhões em março daquele ano para 42 milhões em agosto, segundo a FGV Social. O dado é sempre realçado pelo time de Paulo Guedes, como se essa redução tivesse se mantido ao longo do tempo. Em março de 2021, no entanto, o país já atingia outra vez a marca de 71,9 milhões de pessoas na pobreza, um efeito direto da interrupção do auxílio emergencial no início do ano. Àquela altura, o time de Guedes acreditava que a pandemia já estaria controlada, por isso não planejou a extensão do benefício. O erro de cálculo custou milhares de vidas, agravado pelo negacionismo do governo sobre o vírus, e um acelerado repique para baixo dos indicadores sociais. Foi essa insensibilidade do modelo ultraliberal bolsonarista que ajudou a firmar a percepção de que o teto de gastos, até então um consenso, tornou-se um caminho para desumanizar o país. Se é para cortar verbas de programas sociais, a justificativa é o teto. Se é para liberar recursos de última hora para o orçamento secreto, tudo bem, como mostrou a jornalista Adriana Fernandes numa análise publicada no Estadão em 31 de outubro. Nesse caso, pode-se aplicar a tese de que o “teto foi mal feito”, como alegou Paulo Guedes na semana passada. Hoje, os economistas da transição se debruçam para chegar a um novo consenso, que já se desenhava mesmo antes mesmo desse grupo se unir. Pérsio Arida, por exemplo, um dos pais do Plano Real — e que seria, como André Lara Resende, um dos mais fora da caixa para os padrões petistas na equipe econômica transitória — já havia feito parte de um time de economistas que escreveu, em agosto deste ano, o documento “Contribuições para um governo democrático e progressista”, entregue a todas as campanhas presidenciais — com exceção da de Jair Bolsonaro. Ali, já se defendia um “programa especial de gastos” para um primeiro momento do novo governo, visando cobrir os buracos sociais que o bolsonarismo está deixando. Falta de reajuste na merenda escolar, de

remédios da farmácia popular, de recursos para habitação social... O próprio ex-presidente Lula escreveu uma carta às vésperas do segundo turno garantindo que seguiria a cartilha do seu primeiro governo, quando o mercado chegou a estender tapete vermelho para sua gestão fiscal responsável. Apesar das chuvas e trovoadas, com direito a troca de cartas públicas entre grupos de economistas que se bicam por puxar fios diferentes neste debate, o mais importante é saber que a discussão já passou para outro nível – e não desperdiçar esse capital intelectual, depois de anos de um debate xifrim na economia. Nem tanto ao mar nem tanto à terra. O que importa é estar de acordo que não é possível viver num país miserável, onde os gastos podem ter teto, mas a pobreza não. Se há um cobertor que não cubra os dois lados, que se troque a manta. Foi essa a ideia triunfante que ganhou esta eleição. O resto é distração para preencher o noticiário no fla-flu político da vez.

